

Título do artigo, tese ou dissertação	Autores	Ano	Link de acesso	Quais instrumentos legais aborda?	Quais os problemas são apresentados pelo(s) autor(es) referente aos instrumentos?	Quais as soluções?	observações
A Patrimonialização da Paisagem da Serra da Capivara - PI	Diva Maria Freire Figueiredo	2022	<a href="#">Abrir</a>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Decreto-Lei nº 25/1937:</b> Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional</li> <li><b>Lei nº 3.924/1961:</b> Regula a proteção de monumentos arqueológicos e pré-históricos</li> <li><b>Decreto nº 83.548/1979:</b> Criação do Parque Nacional da Serra da Capivara - PNSC</li> <li><b>Decreto nº 99.143/1990:</b> Ampliação das áreas de preservação permanente no parque</li> <li><b>Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (1991) – O</b></li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Falta de Operacionalização dos Instrumentos Legais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>A Chancela da Paisagem Cultural Brasileira, regulamentada em 2009, continua sem aplicação prática, o que limita a efetividade do reconhecimento e proteção integrada da paisagem cultural do parque</li> <li>O licenciamento ambiental passou a incluir formalmente o Iphan apenas em 2015, sendo que, por muitos anos, a proteção do</li> </ul> </li> </ol>	<b>2.1.4 1. Cogestão e Planejamento Integrado</b> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Aprimoramento da cogestão entre ICMBio e FUMDHAM:</b> Avaliação contínua e aperfeiçoamento dos termos de cooperação e parcerias, garantindo melhor alinhamento na execução das ações de conservação</li> <li><b>Fortalecimento das relações interinstitucionais:</b> Melhorar a comunicação e a articulação entre os órgãos responsáveis pela gestão do parque</li> </ul>	A tese menciona a sobreposição de instrumentos legais (Iphan, ICMBio, Unesco), mas não detalha os impactos práticos dessa interação. Esse é um dos pilares que posso abordar no trabalho...

			<p>reconhecimento internacional do PNSC como Patrimônio Cultural da Humanidade conferiu maior relevância global à sua preservação e estabeleceu diretrizes para sua gestão conforme critérios da Unesco</p> <p>6. <b>Tombamento pelo Iphan (1991/93)</b> – O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu o parque como patrimônio arqueológico e etnográfico, garantindo sua proteção legal no Brasil</p> <p>7. <b>Portaria MMA nº 76/2005:</b> Criação do Mosaico de Unidades de Conservação que</p>	<p>patrimônio arqueológico não era considerada nos processos de licenciamento de empreendimentos</p> <p>2. <b>Sobreposição de Instrumentos e Conflitos de Gestão</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Há uma <b>superposição de normativas e órgãos gestores</b> (Iphan, ICMBio, Unesco e FUMDHAM), o que cria conflitos administrativos e dificulta a execução de políticas unificadas para a preservação do parque</li> <li>A coexistência de diferentes níveis de proteção (internacional, nacional e</li> </ul>	<p>2.1.5 <b>2. Conservação das Áreas Naturais do Entorno</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Planejamento para o desenvolvimento sustentável do entorno:</b> Especial atenção à melhoria socioambiental dos aglomerados urbanos, visando reduzir impactos sobre o parque</li> <li><b>Ampliação e aprimoramento da fiscalização:</b> Reforçar o monitoramento para coibir práticas como caça ilegal, desmatamento e degradação ambiental</li> <li><b>Fortalecimento das atividades de base comunitária:</b> Promover</li> </ul>	
--	--	--	---	---	--	--

				<p>engloba os Parques Nacionais da Serra da Capivara e da Serra das Confusões</p> <p>8. <b>Portaria ICMBio nº 128/2010:</b> Instituição do Conselho Consultivo do PNSC</p> <p>9. <b>Portaria ICMBio nº 8/2014:</b> Regulamentação da visitação no PNSC</p> <p>10. <b>Chancela da Paisagem Cultural Brasileira (2009):</b> Inspirada no conceito da Unesco de 1992 e na Convenção Europeia da Paisagem de 2001, esse instrumento busca reconhecer e preservar paisagens culturais no Brasil</p>	<p>estadual) gera dificuldades na aplicação prática das regras e no alinhamento dos objetivos institucionais</p> <p><b>2.1.1 3. Deficiências na Regularização Fundiária</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Muitas áreas dentro do Parque Nacional da Serra da Capivara <b>ainda não foram indenizadas</b>, o que dificulta a implementação de ações de manejo e preservação. Isso também gera insegurança jurídica para os antigos moradores que</li> </ul>	<p>iniciativas que envolvam as comunidades locais, gerando oportunidades econômicas e fortalecendo a preservação ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Educação ambiental e patrimonial:</b> Implementação de programas de sensibilização e conscientização, com destaque para parcerias com Iphan e FUMDHAM</li> </ul> <p><b>2.1.6 3. Consolidação Territorial e Ampliação dos Limites</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Revisão e ampliação da área do Parque Nacional:</b></li> </ul>	
--	--	--	--	--	---	--	--

			<p><b>11. Normativas do Iphan sobre o licenciamento ambiental (2015):</b> Determinam a inclusão do Iphan como órgão interveniente em licenciamentos ambientais de empreendimentos que possam impactar o patrimônio arqueológico</p> <p><b>12. Plano de Manejo do PNSC:</b> Documento que define o zoneamento do parque e as normas de uso e preservação ambiental</p> <p><b>13. Acordos de Cooperação Técnica entre ICMBio, Iphan e FUMDHAM:</b> Estabelecem diretrizes para a gestão</p>	<p>foram deslocados ou que ainda ocupam áreas do parque</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A ausência de um processo explícito e eficiente para a regularização fundiária impede a total implementação das diretrizes de gestão ambiental e cultural</li> </ul> <p><b>2.1.2 4. Falta de Recursos Financeiros e Estruturais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O parque enfrenta <b>graves restrições orçamentárias</b>, o que afeta a fiscalização, a manutenção das infraestruturas e a realização de</li> </ul>	<p>Planejamento para a consolidação territorial, garantindo a proteção de áreas estratégicas para a conservação do patrimônio arqueológico e natural</p>	
--	--	--	---	---	--	--

				compartilhada do parque	<p>pesquisas para a conservação do patrimônio arqueológico</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar do reconhecimento internacional pela Unesco, o financiamento para preservação não é contínuo, o que compromete a efetividade das políticas de conservação</li> </ul> <p>2.1.3     <b>5. Gestão</b>  <b>Participativa</b>  <b>Limitada</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A gestão compartilhada entre ICMBio, Iphan e FUMDHAM enfrenta desafios, pois há pouca participação efetiva das comunidades locais e das</li> </ul>		
--	--	--	--	----------------------------	--	--	--

					<p>populações tradicionais na tomada de decisões</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselheiros do parque apontam <b>falta de transparência e burocracia excessiva</b>, o que prejudica a execução das políticas de preservação</li> </ul>		
<p>PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA</p> <p>Patrimônio Cultural da Humanidade</p>	<p>ADRIANA MARIA FERREIRA MARTINS</p>	2011	<a href="#">Abrir</a>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Decreto de Criação do Parque Nacional da Serra da Capivara (1979)</b> – Este decreto estabeleceu a área protegida, visando à conservação do patrimônio arqueológico e natural da região</li> <li>2. <b>Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da Unesco (1991)</b> – O reconhecimento</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Sobreposição de Instrumentos e Divergências de Gestão</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Há uma fragmentação na gestão do parque devido à aplicação de múltiplos instrumentos normativos por diferentes instituições,</li> </ul> </li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Revisão do Plano de Gestão e Implementação de um Planejamento Turístico Sustentável</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver um plano atualizado que contemple <b>medidas eficazes de preservação do patrimônio</b></li> </ul> </li> </ol>	

				<p>internacional do PNSC como Patrimônio Cultural da Humanidade conferiu maior relevância global à sua preservação e estabeleceu diretrizes para sua gestão conforme critérios da Unesco</p> <p>3. <b>Tombamento pelo Iphan (1993)</b> – O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reconheceu o parque como patrimônio arqueológico e etnográfico, garantindo sua proteção legal no Brasil</p> <p>4. <b>Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000)</b> – O parque faz parte do sistema de áreas</p>	<p>como Iphan, ICMBio e Unesco. Isso gera conflitos sobre quais diretrizes devem ser seguidas prioritariamente</p> <p>2. <b>Falta de Recursos Financeiros e Infraestrutura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar da proteção legal estabelecida, a ausência de financiamento contínuo e adequado compromete a efetiva implementação dos instrumentos de preservação. A dependência de patrocínios privados e de incentivos</li> </ul>	<p><b>arqueológico e natural.</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Expandir a área de preservação permanente e evitar <b>saturação turística.</b></li> <li>• Garantir conforto e comodidade aos visitantes, definindo estratégias para melhorar as <b>condições de vida da população local e a educação das crianças e jovens.</b></li> <li>• Fomentar oportunidades de <b>emprego sustentável</b> na região</li> </ul> <p>2. <b>Fortalecimento do Ecoturismo e Esportes de Aventura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar <b>circuitos turísticos de</b></li> </ul>	
--	--	--	--	--	---	---	--

			<p>protegidas sob a legislação ambiental brasileira, regulamentado pela Lei nº 9.985/2000, que estabelece diretrizes para a gestão de unidades de conservação</p> <p>5. <b>Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara (2019)</b> – Documento técnico que define o zoneamento e as normas de uso da área, garantindo a conservação dos sítios arqueológicos e a gestão sustentável do parque</p> <p>6. <b>Acordo de Cooperação com a Fundação Museu do Homem Americano</b></p>	<p>fiscais, como a Lei Rouanet, demonstra a fragilidade do apoio governamental</p> <p>3. <b>Dificuldades de Regularização Fundiária</b></p> <p>4. Algumas áreas do parque ainda não foram completamente regularizadas, dificultando a aplicação de normas ambientais e patrimoniais. A falta de indenizações adequadas para antigos moradores e a indefinição sobre direitos de uso contribuem para conflitos locais</p> <p>Baixo Desenvolvimento</p>	<p><b>natureza</b>, permitindo a observação e compreensão da flora e fauna com <b>guias especializados</b>.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer <b>zonas específicas</b> para a prática de esportes de aventura de maneira controlada e sustentável</li> </ul> <p>3. <b>Melhoria da Infraestrutura Urbana e Acessibilidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Investimentos em <b>acesso terrestre e aéreo</b>, incluindo melhorias nas estradas e criação de alternativas de transporte até o parque.</li> <li>Expandir <b>saneamento básico, telefonia</b></li> </ul>	
--	--	--	--	---	--	--



				<p><b>(FUMDHAM, 1986) –</b> Organização não governamental que desempenha um papel fundamental na pesquisa e conservação do parque, em parceria com instituições nacionais e internacionais</p> <p>7. <b>Normativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)</b> – Como órgão responsável pela gestão do parque, o ICMBio regula ações de fiscalização, conservação e uso sustentável do território</p>	<p>do Turismo Sustentável</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apesar do alto potencial arqueológico e paisagístico do parque, a falta de infraestrutura e estratégias de turismo sustentável resulta em um número reduzido de visitantes. O turismo, que poderia ser um instrumento de fortalecimento da preservação, não está sendo plenamente explorado</li> </ul>	<p><b>móvel, internet e rede hoteleira</b> nas cidades próximas, como São Raimundo Nonato.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Criar <b>postos de informação turística, áreas de comércio para produtos locais e infraestrutura de saúde</b> (hospitais e postos médicos)</li> </ul> <p>4. <b>Educação Patrimonial e Sensibilização da População</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforçar o <b>programa de educação patrimonial</b>, sensibilizando a população sobre a importância do parque.</li> <li>• Integrar a <b>educação sobre patrimônio nas</b></li> </ul>	
--	--	--	--	---	---	--	--

					<p><b>5. Falta de Integração entre Preservação Ambiental e Cultural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O modelo atual de gestão do parque separa de maneira rígida a proteção ambiental e a cultural, dificultando uma abordagem integrada. Isso compromete a eficácia dos instrumentos legais, que deveriam atuar de maneira conjunta para garantir a preservação holística do patrimônio</li> </ul>	<p><b>escolas locais,</b> garantindo que as novas gerações compreendam e valorizem a preservação arqueológica</p> <p><b>5. Uso Estratégico da Marca “Patrimônio Cultural da Humanidade”</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li><b>Ampliar a visibilidade</b> do Parque Nacional Serra da Capivara como um destino de interesse internacional.</li> <li>Elaborar uma estratégia de turismo arqueológico <b>a nível nacional,</b> integrada ao Plano Nacional de Turismo Cultural</li> </ul>	
--	--	--	--	--	---	--	--

					<p><b>6. Dificuldades na Aplicação do Plano de Manejo</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• O Plano de Manejo do PNSC enfrenta desafios na sua implementação, especialmente devido a restrições orçamentárias e a dificuldades na articulação entre os órgãos gestores. Além disso, há resistência por parte da comunidade local quanto a algumas das restrições impostas pelo plano</li></ul>	<p><b>6. Integração de Ações Interministeriais</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Articular parcerias entre diferentes ministérios, como <b>Ministério da Cultura, Meio Ambiente, Relações Exteriores e Reforma Agrária</b>.</li><li>• Criar um modelo de <b>governança colaborativa</b>, garantindo que diferentes setores trabalhem juntos na conservação e no desenvolvimento sustentável</li></ul>	
--	--	--	--	--	--	---	--

Sítios Arqueológicos de Registro Rupestre: Gestão Compartilhada e as Ações de Preservação do Iphan no Parque Nacional Serra da Capivara e entorno – Piauí, Brasil.	Carolina Francisca Marchiori da Luz	2012	<a href="#">Abrir</a>	<p>1. <b>Lei nº 3.924, de 26/07/1961</b> – Regula a proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos no Brasil, sendo fundamental para a proteção dos sítios rupestres do PNSC</p> <p>2. <b>Decreto nº 83.548, de 05/06/1979</b> – Criação do Parque Nacional da Serra da Capivara. Esse decreto estabeleceu a área protegida e seus objetivos principais de conservação da biodiversidade e do patrimônio arqueológico</p>	<p>1. <b>Falta de protagonismo do Iphan</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), principal órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural, teve dificuldades para impor a proteção do patrimônio arqueológico como prioridade. Isso resultou na falta de uma política mais</li> </ul>	<p>1. Fortalecimento da Gestão Compartilhada</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A autora destaca que o modelo de <b>gestão compartilhada entre ICMBio, Iphan e FUMDHAM</b> demonstrou ser um caminho eficiente para a conservação do patrimônio arqueológico. A proposta é aprimorar esse modelo com mais <b>integração entre os órgãos</b> e maior</li> </ul>	Embora o trabalho apresente contribuições significativas sobre a gestão compartilhada no PNSC, a ausência de uma abordagem quantitativa que comprove a efetividade dos instrumentos legais na prática constitui uma lacuna que não poderei negligenciar em meu

			<p>3. <b>Termo de Cooperação Estrita (2006)</b> – Assinado entre a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), estabelecendo diretrizes para a preservação e fiscalização dos sítios arqueológicos</p> <p>4. <b>Termos de Cogestão e Parceria entre ICMBio e FUMDHAM (a partir de 1994)</b> – Esses termos definem as responsabilidades das instituições na administração do Parque, incluindo a fiscalização, manutenção da infraestrutura e ações educativas</p> <p>5. <b>Lei nº 9.790, de 23/03/1999</b> –</p>	<p>ativa para a Serra da Capivara, que só foi reconhecida pelo tombamento após sua inscrição como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco</p> <p>2. <b>Conflitos entre instituições gestoras</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A gestão compartilhada entre o Iphan, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) gerou tensões institucionais. A FUMDHAM, por meio de uma atuação muito</li> </ul>	<p>participação da sociedade civil</p> <p>2. <b>Educação Patrimonial e Envolvimento das Comunidades Locais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A dissertação sugere <b>a ampliação de programas de educação patrimonial</b> para engajar a população do entorno na preservação dos sítios arqueológicos.</li> <li>Fortalecimento de iniciativas como <b>cartilhas educativas, cursos técnicos e ações de sensibilização</b> para promover um sentimento de pertencimento e cuidado com o patrimônio</li> <li>A autora reforça a necessidade de <b>inserir as</b></li> </ul>	<p>estudo. Será fundamental integrar dados concretos sobre fiscalização, orçamento e os impactos das políticas públicas na conservação do parque, aspectos essenciais para uma análise robusta.</p>
--	--	--	---	--	--	---

				<p>Regula as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), modelo sob o qual a FUMDHAM opera em parceria com o ICMBio para a gestão compartilhada do Parque</p>	<p>firme e personalista de suas dirigentes, teve conflitos constantes com o Iphan e outros órgãos envolvidos na proteção do parque</p> <p><b>3. Problemas na articulação e fiscalização</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A estrutura reduzida do Iphan no Piauí dificultou a fiscalização eficaz dos sítios arqueológicos. Um exemplo citado foi a exploração ilegal de calcário dentro do parque, que exigiu um longo processo de articulação entre diversos</li> </ul>	<p><b>comunidades locais nos processos de preservação</b> para que os moradores atuem como agentes ativos na proteção dos sítios</p> <p><b>3. Desenvolvimento Sustentável e Turismo Cultural</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>O turismo cultural pode ser um <b>fator de geração de emprego e renda</b>, incentivando a proteção do patrimônio por meio do envolvimento econômico das comunidades locais</li> <li>A qualificação de guias turísticos e trabalhadores do setor hoteleiro é uma estratégia viável para fortalecer o</li> </ul>	
--	--	--	--	--	--	--	--

					<p>órgãos, como Polícia Federal, Ministério Público e Justiça do Trabalho, para ser resolvido</p> <p><b>4. Dificuldade na formulação de políticas públicas integradas</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A preservação do patrimônio arqueológico envolve diversas esferas governamentais e exige planejamento detalhado. No entanto, a dissertação aponta que há uma carência na formulação de políticas públicas eficazes que contemplem tanto a</li> </ul>	<p>ecoturismo no PNSC</p> <p><b>4. Melhorias na Fiscalização e na Infraestrutura</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>A autora propõe a <b>melhoria na fiscalização dos sítios arqueológicos</b> para evitar “vandalismo” e degradação, com um reforço na presença de agentes de monitoramento</li> <li>Investimento em <b>infraestrutura turística e de acesso</b>, como estradas e centros de apoio ao visitante, para facilitar o turismo sustentável na região</li> </ul>	
--	--	--	--	--	---	---	--

					<p>preservação quanto o desenvolvimento sustentável da região</p>	<p><b>5. Ampliação das Fontes de Financiamento</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aponta para a necessidade de buscar <b>novos mecanismos de financiamento</b>, incluindo editais públicos, <b>parcerias privadas e incentivos fiscais</b> para manter as ações de conservação de maneira contínua e eficiente</li> </ul> <p><b>6. Integração da Preservação Arqueológica com a Gestão Ambiental</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• A autora enfatiza que a conservação dos registros rupestres deve estar <b>alinhada às práticas de</b></li> </ul>	
--	--	--	--	--	---	--	--



						<b>manejo ambiental,</b> garantindo a preservação do ecossistema do parque	
						2.1.7	

Gestão e Usos do Território: Conflitos e práticas sócio-espaciais no Parque Nacional da Serra da Capivara, Piauí, Brasil	Claudia Levy	2006	<a href="#">Abrir</a>	<p>1. <b>Decreto nº 83.548, de 05/06/1979</b> – Criação do Parque Nacional da Serra da Capivara.</p> <p>2. <b>Decreto nº 84.017, de 21/09/1979</b> – Regulamentação dos Parques Nacionais Brasileiros, estabelecendo diretrizes para gestão e manejo dessas unidades de conservação.</p> <p>3. <b>Lei nº 9.985, de 18/07/2000</b> – Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que estabelece regras para a gestão de unidades de conservação.</p> <p>4. <b>Decreto nº 4.340, de 22/08/2002</b> – Regulamentação da Lei nº 9.985/2000, detalhando a estrutura</p>	<p>1. <b>Sobreposição e conflitos entre normativas</b> – A coexistência de legislações ambientais e patrimoniais gera entraves administrativos e burocráticos na aplicação das regras de preservação</p> <p>2. <b>Exclusão das comunidades locais</b> – As normativas ambientais restringem práticas tradicionais, como a caça e a agricultura de subsistência, sem</p>	<p>1. <b>Participação ativa das comunidades locais</b> – A autora destaca a necessidade de maior envolvimento das populações tradicionais na gestão do parque, garantindo que suas vozes sejam consideradas nas políticas de conservação</p> <p>2. <b>Desenvolvimento de políticas de compensação</b> – Levy sugere que a implementação de programas de compensação para as populações afetadas pela desapropriação de terras pode reduzir os impactos sociais negativos da normatização</p>	
--	--------------	------	-----------------------	---	---	--	--

			<p>e funcionamento do SNUC.</p> <p>5. <b>Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937</b> – Organização da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.</p> <p>6. <b>Lei nº 3.924, de 26/07/1961</b> – Proteção aos monumentos arqueológicos e pré-históricos, sendo relevante para a salvaguarda dos sítios arqueológicos do parque</p>	<p>oferecer alternativas de adaptação para os moradores</p> <p>3. <b>Dificuldades na regularização fundiária</b> – A morosidade dos processos de indenização e reassentamento de populações tradicionais compromete a efetiva gestão territorial do parque</p> <p>4. <b>Falta de fiscalização e infraestrutura</b> – A carência de recursos para a fiscalização ambiental e arqueológica leva a invasões e danos aos sítios protegidos</p> <p>5. <b>Conflito entre conservação e turismo</b> – Apesar do potencial turístico do parque, as regulamentações restritivas dificultam a criação de</p>	<p>ambiental e patrimonial</p> <p>3. <b>Fomento ao turismo sustentável</b> – A criação de infraestrutura adequada e capacitação profissional para que os próprios moradores possam atuar como guias e prestadores de serviço dentro do parque é apontada como uma alternativa viável para garantir benefícios econômicos à população local</p> <p>4. <b>Melhoria da articulação entre os órgãos gestores</b> – Levy identifica a fragmentação das responsabilidades entre ICMBio, Iphan e FUMDHAM como um problema e sugere maior integração entre essas entidades para otimizar a gestão e garantir melhor aplicação dos recursos</p> <p>5. <b>Criação de políticas de regularização</b></p>	
--	--	--	--	--	---	--

					<p>infraestrutura adequada para visitantes e o desenvolvimento econômico local</p> <p>6. <b>Deficiência na articulação entre instituições</b> – A falta de coordenação entre os órgãos gestores, como o Iphan, ICMBio e FUMDHAM, compromete a eficácia das políticas de proteção e uso sustentável do parque</p>	<p><b>fundiária</b> – A autora sugere que um planejamento mais eficiente para lidar com as questões fundiárias pendentes ajudaria a evitar conflitos e permitiria um desenvolvimento mais equilibrado da região</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

Paisagem Cultural Brasileira: Preservação e seus Entraves	Daiane Romio Duarte; Vanessa Casarin, Alina Gonçalves Santiago	2018	<a href="#">Abrir</a>	<p><b>1. Chancela da Paisagem Cultural Brasileira</b> – Criada pela Portaria Iphan 127/2009, define a paisagem cultural como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural”. Essa ferramenta funciona como um selo de reconhecimento do valor patrimonial de uma paisagem cultural, estimulando turismo, manifestações culturais e preservação ambiental</p> <p><b>2. Tombamento de bens materiais</b> – Instrumento</p>	<p><b>1. Dificuldade na Aplicação da Chancela da Paisagem Cultural</b> – Apesar de ser um dos instrumentos mais recentes, sua aplicação prática ainda enfrenta obstáculos administrativos e jurídicos. O Iphan não definiu completamente como operacionalizar essa ferramenta, deixando diversos processos paralisados</p> <p><b>2. Falta de Gestão Integrada</b> – A proteção da paisagem cultural exige coordenação entre</p>	<p><b>1. Gestão Integrada</b> – A necessidade de uma atuação coordenada entre diferentes órgãos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural e ambiental, evitando sobreposições descoordenadas e garantindo uma abordagem mais eficiente na preservação das paisagens culturais</p> <p><b>2. Revisão dos Instrumentos de Proteção</b> – Recomenda-se uma reavaliação dos instrumentos legais existentes, como o tombamento, a chancela e o registro de bens imateriais, para que sejam aplicados de</p>	
---	--	------	-----------------------	---	---	---	--

				<p>tradicional de proteção do patrimônio cultural brasileiro, previsto no Decreto-Lei nº 25 de 1937, que visa a preservação de bens de valor histórico, artístico e paisagístico</p> <p>3. <b>Cadastro de sítios arqueológicos</b> – Inclui o reconhecimento e registro oficial de sítios com valor arqueológico, garantindo sua proteção por meio da legislação federal</p> <p>4. <b>Registro de bens imateriais</b> – Procedimento que visa reconhecer e proteger práticas, saberes e expressões culturais que fazem parte do patrimônio cultural brasileiro</p>	<p>diferentes órgãos e setores, algo que não ocorre de forma eficiente no Brasil. A ausência de uma abordagem integrada dificulta a aplicação efetiva dos instrumentos disponíveis</p> <p>3. <b>Predominância do Tombamento como Único Instrumento</b> – O tombamento continua sendo a ferramenta mais utilizada, o que engessa a evolução das paisagens culturais. O foco excessivo no aspecto material resulta na perda de elementos simbólicos e imateriais antes existentes</p> <p>4. <b>Desconhecimento Técnico e Jurídico</b> – Tanto os gestores quanto as comunidades locais têm dificuldades em</p>	<p>maneira mais eficiente e integrada</p> <p>3. <b>Maior Envolvimento das Comunidades Locais</b> – Defende a importância de incluir as comunidades locais na gestão e preservação das paisagens culturais, garantindo que as populações tenham conhecimento e participação ativa no processo de proteção</p> <p>4. <b>Uso da Educação como Ferramenta de sensibilização</b> – Sugere que a educação patrimonial seja fortalecida para que tanto a população quanto os gestores compreendam o valor cultural das paisagens e sua necessidade de preservação</p> <p>5. <b>Desenvolvimento de Abordagens Mais Dinâmicas</b> – Destaca a importância de permitir uma evolução das paisagens culturais sem</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

			<p><b>5. Convenção do Patrimônio Mundial (Unesco, 1992)</b> – Primeiro instrumento internacional que reconheceu a importância das paisagens culturais, permitindo sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial</p> <p><b>6. Convenção Europeia da Paisagem (2000)</b> – Estabelece diretrizes para proteção da paisagem em escala regional, considerando que todo o território pode ser um arquivo de história do homem e da natureza</p>	<p>compreender os instrumentos legais de proteção. A falta de clareza sobre o funcionamento da chancela, tombamento e registro de bens imateriais compromete sua implementação eficaz</p> <p><b>5. Ausência de Participação da Comunidade</b> – A falta de envolvimento da população nas decisões sobre a patrimonialização das paisagens gera resistência e dificulta a aceitação das medidas de proteção</p> <p><b>6. Problemas na Implementação de Planos de Gestão</b> – Muitos locais identificados como paisagens culturais ainda não possuem um plano de gestão adequado, o que prejudica sua</p>	<p>que isso comprometa sua identidade, evitando que os instrumentos de proteção engessem a transformação natural e cultural desses territórios</p>	
--	--	--	--	--	--	--

					proteção e manutenção		
--	--	--	--	--	--------------------------	--	--



Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas	Marta de Azevedo Irving e Karla Matos	2006	<a href="#">Abrir</a>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Código Florestal (Decreto 23.793)</b> – Introduziu a noção de área protegida, sendo uma das primeiras legislações voltadas à preservação ambiental no Brasil.</li> <li><b>Código Florestal de 1965</b> – Definiu os parques nacionais como áreas destinadas à proteção de atributos excepcionais da natureza, conciliando conservação da fauna, flora e paisagens naturais com objetivos educativos, recreativos e científicos.</li> <li><b>Regulamento de Parques Nacionais (1979)</b> – Estabeleceu</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Falta de implementação efetiva dos instrumentos legais</b> – Embora o Brasil tenha um arcabouço jurídico robusto para a gestão dos parques nacionais, incluindo o <b>Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)</b> e o <b>Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP)</b>, muitos dos mecanismos previstos não são</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li><b>Fortalecimento da governança democrática:</b> Propõem que os parques nacionais sejam geridos de maneira mais participativa, garantindo o envolvimento de comunidades locais e demais atores sociais na tomada de decisões</li> <li><b>Implementação efetiva do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas (PNAP):</b> O PNAP é destacado como um instrumento crucial para a gestão eficiente das unidades de conservação. No entanto, sua implementação deve ser aprimorada para garantir que as políticas públicas de conservação sejam realmente aplicadas</li> <li><b>Integração entre conservação ambiental e</b></li> </ol>	
---	---------------------------------------	------	-----------------------	--	--	--	--

				<p>normas específicas para a criação e gestão dos parques nacionais.</p> <p>4. <b>Constituição Federal de 1988</b> – Mencionou a proteção das áreas naturais como responsabilidade do Poder Público e da sociedade, reforçando a necessidade de conservação ambiental.</p> <p>5. <b>Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) - Lei nº 9.985/2000</b> – Criou um sistema integrado de áreas protegidas, estabelecendo diretrizes para a gestão e conservação dos parques nacionais.</p> <p>6. <b>Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas</b></p>	<p>devidamente implementados</p> <p>2. <b>Centralização excessiva na gestão</b> – Historicamente, o modelo brasileiro de gestão de parques tem sido altamente centralizado, com pouca participação da sociedade civil e das comunidades locais, o que resulta em dificuldades na governança e na efetividade da proteção ambiental</p> <p>3. <b>Planos de manejo insuficientes e desatualizados</b> – Menos da metade dos parques nacionais possuem planos de manejo adequados, e muitos dos existentes estão obsoletos, o que compromete a efetividade das diretrizes legais e a</p>	<p><b>desenvolvimento socioeconômico:</b> É necessário superar a visão puramente preservacionista dos parques e buscar um modelo que permita a convivência harmoniosa entre conservação e desenvolvimento sustentável</p> <p>4. <b>Atualização e implementação de planos de manejo:</b> Menos da metade dos parques possuem planos de manejo atualizados. As autoras defendem que esse instrumento seja revisto e implementado para garantir uma gestão eficaz</p> <p>5. <b>Investimento em ecoturismo como alternativa econômica sustentável:</b> O ecoturismo é apresentado como uma estratégia viável para gerar benefícios</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--

				<p><b>(PNAP) - Decreto nº 5.758/2006</b> – Buscou consolidar um modelo de governança participativa na gestão das unidades de conservação, promovendo a inclusão social e a integração com políticas ambientais</p>	<p>implementação de medidas de conservação</p> <p>4. <b>Desconexão entre conservação e realidade socioeconômica</b> – A criação dos parques nacionais, muitas vezes, não leva em conta a presença de comunidades tradicionais e populações locais, gerando conflitos e dificultando a aceitação e implementação das políticas de conservação</p> <p>5. <b>Falta de financiamento adequado</b> – A manutenção dos parques enfrenta desafios financeiros, já que os recursos destinados à sua gestão são frequentemente</p>	<p>econômicos para as comunidades locais, promovendo a inclusão social e incentivando a conservação ambiental</p> <p>6. <b>Maior integração entre políticas públicas:</b> As autoras ressaltam a necessidade de coordenação entre diferentes órgãos governamentais para garantir que os parques nacionais sejam administrados de forma integrada com outras políticas ambientais e socioeconômicas</p> <p>7. <b>Distribuição justa dos custos e benefícios da conservação:</b> Propostas de mecanismos que garantam que as populações locais também se beneficiem da existência dos parques, reduzindo desigualdades sociais e fortalecendo o apoio às</p>	
--	--	--	--	--	---	--	--

					<p>insuficientes para garantir a fiscalização, infraestrutura e projetos de conservação necessários</p> <p>8</p> <p>6. <b>Inconsistências na aplicação do PNAP</b> – Embora o Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas tenha sido desenvolvido para aprimorar a gestão das unidades de conservação, sua implementação enfrenta desafios como a ausência de mecanismos eficientes para garantir a governança democrática e a participação social</p>	<p>iniciativas de preservação</p>	
PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CAPIVARA E A PRÁXIS DA	J. R. Barros; P. R. F. A. Junior; M. N. N.	2023	<a href="#">Abrir</a>	1. <b>Decreto nº 9.334, de 5 de abril de 2018</b> – Institui o Plano Nacional de Fortalecimento das	1. <b>Conflito entre conservação ambiental e interesses políticos e econômicos:</b> A		

ATIVIDADE ECOTURÍSTICA	Santos e N. B. F. Santos			<p>Comunidades Extrativistas e Ribeirinhas (Planafe), abordando a inclusão e desenvolvimento sustentável dessas populações</p> <p>2. <b>Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000</b> – Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o <b>Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)</b>, que define diretrizes para áreas protegidas como o PNSC</p> <p>3. <b>Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981)</b> – Define instrumentos para a gestão ambiental no Brasil,</p>	<p>legislação ambiental enfrenta resistência por parte de setores que veem a conservação como um obstáculo ao crescimento econômico. A necessidade de mecanismos jurídico-administrativos para conter interferências políticas que priorizam o desenvolvimento econômico em detrimento da conservação é destacada</p> <p>2. <b>Baixa efetividade do arcabouço legal na prática:</b> Apesar da existência de normativas como o <b>Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)</b>, há dificuldades na implementação eficaz dessas diretrizes. O parque poderia ser</p>		
---------------------------	--------------------------------	--	--	--	--	--	--

				<p>incluindo o licenciamento ambiental, que impacta diretamente o ecoturismo e a conservação no PNSC</p> <p>4. <b>Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto nº 5.758/2006)</b> – Estabelece diretrizes para a conservação e gestão sustentável de Unidades de Conservação</p> <p>5. <b>Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007)</b> – Regulamenta a proteção e os direitos das comunidades que</p>	<p>um exemplo bem-sucedido de ecoturismo, mas enfrenta desafios administrativos e de financiamento</p> <p>3. <b>Falta de recursos financeiros para o funcionamento do parque:</b> A ausência de repasses regulares de recursos do governo federal e estadual compromete a manutenção e o desenvolvimento do PNSC. A baixa alocação de investimentos na infraestrutura turística e na capacitação local limita o potencial econômico da unidade de conservação</p> <p>4. <b>Número reduzido de visitantes em comparação com outras unidades de conservação:</b> O PNSC recebe um</p>		
--	--	--	--	---	---	--	--

				<p>vivem em Unidades de Conservação</p> <p><b>6. Normativas do Ministério do Turismo</b> – Define parâmetros para o ecoturismo e orientações sobre atividades turísticas em áreas naturais</p>	<p>número inferior de turistas em relação a outras Unidades de Conservação no Brasil, o que impacta sua sustentabilidade financeira. Isso é atribuído a falhas na divulgação, falta de acessibilidade e barreiras estruturais para o turismo no parque</p> <p><b>5. Dificuldades na implementação do ecoturismo dentro das diretrizes legais:</b> Embora o parque tenha potencial para integrar práticas ecoturísticas sustentáveis, há desafios na conciliação entre conservação e uso econômico da área. A burocracia e a rigidez de algumas normativas ambientais dificultam a inserção de atividades</p>		
--	--	--	--	--	--	--	--

					ecoturísticas de forma mais dinâmica e atrativa		
					.9		